

Recomendação n.º: 61**O Pacto Europeu dos Oceanos e as águas europeias das Regiões Ultraperiféricas**

No âmbito do processo de elaboração do Pacto Europeu dos Oceanos que definirá uma visão para uma abordagem holística das políticas relacionadas com os oceanos, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) congratula esta iniciativa e considera que o Pacto Europeu para os Oceanos deve ser de apoio e incentivo ao crescimento sustentável das Regiões Ultraperiféricas (RUPs).

1- Aumentar a coerência das políticas relacionadas com os oceanos

O artigo 174º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) orienta a União Europeia (UE) a reforçar a coesão económica, social e territorial, beneficiando especialmente as ilhas e as RUPs¹. Considerando que a Política Comum da Pesca (PCP), através do seu Artigo 3º, estabelece os princípios de boa governança, nomeadamente que a UE deve assegurar a *"participação apropriada das partes interessadas, em particular os conselhos consultivos, em todas as etapas (...)"*², o CCRUP sublinha a importância dos conselhos consultivos na prestação de informação isenta à Comissão Europeia (CE), nas suas matérias. Por exemplo, relembramos que as RUPs de Mayotte e Guyane estão envolvidas em Acordos de Parceria no Domínio da Pesca Sustentável.

Como referiu a presidente da Comissão Europeia, Sra. Ursula von der Leyen, na sua carta de missão ao Comissário para as Pescas, Sr. Costas Kadis³, também o CCRUP considera desde o seu início essencial que os mais altos representantes da Comissão Europeia visitem as comunidades costeiras da União Europeia, organizando diálogos sobre Pescas e Oceanos, de modo a estabelecer um Pacto Europeu para os Oceanos de forma colaborativa, garantindo a participação de todos os interessados, incluindo pescadores de pequena escala e artesanais, como os das Regiões Ultraperiféricas.

Assim, o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados Membros interessados, que visitem os nossos territórios e comunidades, que lhes permita formar uma opinião baseada em conhecimento próprio, e que nos consultem sempre que pretendam legislar ou celebrar acordos com outros países/territórios, que envolvam as nossas RUPs.

¹ União Europeia. (2021). *Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021 que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência*. Jornal Oficial da União Europeia, L57, 17-75.

² União Europeia. (2013). Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, relativo à política comum das pescas. Jornal Oficial da União Europeia, L 354/22-61.

³ European Commission. (2024, September 17). Mission letter to Costas Kadis, Commissioner-designate for Fisheries and Oceans.

Os Planos de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEMs) permitem a gestão e utilização sustentável das áreas marinhas dos Estados-membros da União Europeia, nas atividades da pesca, de conservação ambiental e produção de energia, entre outros, mas o estabelecimento de Áreas Marítimas Protegidas (AMPs), apesar dos benefícios na conservação da biodiversidade, levanta preocupações sobre a proteção dos direitos dos pescadores e aquicultores, entre outros. As AMPs devem ser planeadas de forma ponderada e participativa, por todos os interessados, e com dados científicos robustos, considerando as particularidades da pesca artesanal e das comunidades costeiras.

Assim, o **CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados Membros interessados que:**

- Definam claramente os objetivos e etapas da implementação das AMPs, de adaptados às nossas características socioeconómicas e culturais;
- Criem mecanismos financeiros, ou adapte mecanismos já existentes, no sentido de compensar os pescadores que enfrentam perdas devido a restrições à pesca⁴;
- Implementem um sistema de monitorização fiável e contínuo das AMPs^{5,6}.

A inovação na economia azul, através da investigação, da transformação digital e da adaptação de tecnologias ao setor pesqueiro deve ser um motor essencial para o desenvolvimento sustentável das RUPs. Contudo, a diminuta recolha de dados científicos adequados dificulta a gestão dos recursos haliêuticos. Por exemplo, nos Açores, apesar de ter sido observado um aumento nas populações de Alfonsinos (*Beryx sp.*), especialmente de Alfonsim (*Beryx splendens*), a quota tem vindo a ser reduzida desde 2023 devido à falta de dados científicos⁷. A criação de centros de investigação marítima locais e a melhoria das infraestruturas pesqueiras, são fundamentais para garantir relatórios mais precisos, permitindo uma melhor promoção de uma economia azul sustentável.

Assim, o **CCRUP recomenda à Comissão Europeia e Estados Membros interessados que:**

- Capacitem as nossas regiões com meios financeiros destinados à construção de centros de investigação, dedicados à avaliação contínua do estado das unidades populacionais, de modo a melhor gerir as quotas de pesca.
- Melhorem as infraestruturas de apoio à pesca, permitindo melhores condições de trabalho e de recolha de dados.

⁴ Comissão Europeia, Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas. (2021). *Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) - Perguntas frequentes*

⁵ CCRUP (Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas). (2024). *Recomendação n.º 55: Ordenamento do Espaço Marítimo das Regiões Ultraperiféricas*.

⁶ Vitcheva, C. (2025). *Resposta à CCRUP sobre o Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) das Regiões Ultraperiféricas (RUP)*. Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Comissão Europeia.

⁷ Comissão Europeia. (2024, dezembro). *Resposta da Comissão Europeia ao CCRUP sobre a pesca sustentável na UE [REC 52]*.

2- O nosso impacto nos oceanos e o impacto dos oceanos em nós

Os condicionalismos que se verificam nas Regiões Ultraperiféricas evidenciam a necessidade de adaptação das respostas às especificidades locais, mantendo os oceanos limpos, são e produtivos. De igual forma, é necessário ter em conta a ameaça das alterações climáticas, por exemplo, as recentes tempestades que assolaram *Mayotte*.

Assim, **o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e Estados Membros interessados que defina estratégias de resiliência**, considerando a heterogeneidade de meios disponibilizados nas diferentes RUPs e as diferentes utilizações do mar.

Segundo as regras da União Europeia sobre os nitratos, estabelecidas na Diretiva Nitratos, a [Diretiva do Conselho de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola \(91/676/CEE\)](#), os Estados-Membros devem monitorizar a concentração de nitratos nas águas superficiais e subterrâneas, avaliando também o estado eutrófico das águas. Nas décadas de 1980 e 1990, o aparecimento do gorgulho-da-banana do Sudeste Asiático (*Cosmopolites sordidus*) na *Martinique* e *Guadeloupe*, levou ao uso excessivo de inseticidas à base de clordecona, contaminando o solo, os rios, as águas subterrâneas e parte da costa⁸. A Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), a [Diretiva 2008/56/CE](#), define uma abordagem comum da União Europeia e objetivos para a prevenção, proteção e conservação do meio marinho⁹, no entanto, o objetivo inicial de alcançar o "bom estado ambiental" de todas as águas superficiais e subterrâneas até 2015, foi estendido a 2027.

Considerando ainda que os dados relativos à qualidade da água mostram que os níveis de aplicação e execução destas diretivas ainda são insuficientes, e que o estado de muitas massas de água na UE se deteriorou devido à sobre-exploração e à poluição, e o excesso de nitratos provenientes da utilização incorreta na indústria agrícola põe em questão a saúde humana e dos ecossistemas. Considerando ainda que o Pacto Ecológico Europeu prevê uma redução de 50 % das perdas de nutrientes até 2030, e que, apesar das medidas adotadas, os progressos em toda a UE têm sido lentos e que, entre os períodos de 2012 e 2019, a superfície total das zonas vulneráveis aos nitratos aumentou em 14,4%¹⁰.

⁸ CCRUP (Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas). (2024). *Recomendação n.º 47: Proteção das águas nas Regiões Ultraperiféricas contra a poluição com origem agrícola*.

⁹ União Europeia. (2008). *Directiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Junho de 2008 que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho (Directiva-Quadro «Estratégia Marinha»)*. Jornal Oficial da União Europeia, L 164, 19-40.

¹⁰ União Europeia. (2000). *Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2000 que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água*. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L 327, 1-73.

Assim, o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados Membros interessados:

- A revisão da Diretiva de 12 de dezembro de 1991 relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, no sentido de evitar excedentes que escoam para o mar;
- O reforço da monitorização das águas nas RUP, com foco especial nas águas costeiras e marinhas;
- O financiamento direcionado a projetos de infraestruturas hídricas nas RUP e a elaboração de planos de adaptação às alterações climáticas específicos para as RUP, dedicados à gestão da água e à prevenção de riscos de inundações e secas;
- O apoio à implementação de projetos específicos para a *Guadeloupe* e a *Martinique* dedicados à descontaminação da sua água;
- A monitorização do impacto nas águas da utilização por países terceiros dos nossos territórios, nomeadamente no que concerne à contaminação dos solos, águas subterrâneas e águas superficiais, que possam advir das suas atividades;
- A monitorização de eventuais depósitos de resíduos nucleares nas nossas águas.

3- Biodiversidade nas RUPs

As RUPs possuem cerca de 80% da biodiversidade europeia¹¹, onde encontramos: recifes de coral, montes submarinos e zonas de reprodução de espécies migratórias, para além de conferirem à UE a maior zona económica exclusiva (ZEE) do mundo¹². Estes ecossistemas tropicais, subtropicais e zonas marinhas ricas¹³, sustentam atividades como a pesca (artesanal, seletiva e sustentável), o turismo e a agricultura tradicional, que garantem emprego e segurança alimentar local.

Notamos ainda que a pesca ilegal, a poluição, algas invasoras e as alterações climáticas, levam à perda de habitats marinhos, e causam danos nas embarcações (motores, *trims*, equipamentos elétricos, etc.) e infraestruturas de pesca, ameaçando diretamente as comunidades dependentes destes ecossistemas. Nas RUPs, temos os recentes exemplos da invasão massiva de sargaço (nomeadamente, *Sargassum natans* e *Sargassum fluitans*) na *Martinique* e a destruição causada em *Mayotte* por ciclones e tempestades, com vagas de enormes dimensões, que se sentem cada vez mais recorrentes, levando a grandes prejuízos económicos e com consequências sociais nas nossas comunidades costeiras.

¹¹ Comité das Regiões Europeu (2022). *Parecer do Comité das Regiões Europeu - Estratégia da UE para as Florestas 2030* (2022/C 301/11). Jornal Oficial da União Europeia, C 301, 61-63

¹² Parlamento Europeu. (2023). *Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de junho de 2023, sobre a avaliação da nova comunicação da Comissão sobre as regiões ultraperiféricas* (2022/2147(INI)).

¹³ Comissão Europeia (2020). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 - Trazer a natureza de volta às nossas vidas* (COM(2020) 380 final). Bruxelas, 20 de maio de 2020.

Assim, o CCRUP recomenda à Comissão Europeia a inclusão no Pacto Europeu dos Oceanos, de uma secção específica relativa às Regiões Ultraperiféricas, permitindo uma discriminação positiva das nossas águas e atividades, reconhecendo e valorizando a nossa biodiversidade, que só existe devido a uma pesca e a aquicultura sustentáveis, praticada nas águas das RUPs, e cujas comunidades são altamente dependentes.

4- Apoiar as comunidades costeiras e rurais que dependem do oceano

Os setores da pesca e da aquicultura nas RUPs, desempenham um papel crucial na promoção de um sistema alimentar sustentável e no desenvolvimento da Bioeconomia e da economia circular. Estes são setores cruciais para as economias locais e para o património sociocultural das RUPs. As artes de pesca artesanais alinham-se com o Código Internacional de Boas Práticas para uma Pesca Sustentável da FAO e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente na erradicação da pobreza e combate à fome, além de proteger os recursos naturais. Esta forma de pesca também se alinha com prioridades da Comissão Europeia, particularmente o "Pacto Ecológico Europeu" e com a construção de uma "Economia que funciona para as pessoas".

O 9º parágrafo da Recomendação 24-01 da ICCAT, enfatizou que *“As pescas de pequena escala, incluindo aquelas que operam em territórios ultramarinos e regiões ultraperiféricas de uma Parte Contratante, deverão ser objeto de especial consideração quanto às suas especificidades e necessidades.”* No entanto, consideramos que o processo de alocação de oportunidades de pesca permanece pouco equitativo¹⁴.

O CCRUP nota uma grave falta de atratividade da profissão de pescador, e um consequente envelhecimento dos profissionais¹⁵.

Assim, o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados Membros interessados a **alocação equitativa das quotas de pesca**, para os pescadores artesanais das RUPs, que permita a melhoria da sua condição socioeconómica, bem como a promova a atratividade da profissão.

A renovação das frotas nas Regiões Ultraperiféricas é uma necessidade urgente, considerando que permite a melhoria das condições de segurança e higiene a bordo, por um lado, e que as embarcações sejam mais ecológicas, por outro.

¹⁴ Seas At Risk. (2024). *Fisheries Allocation: Good Practices in Implementing Article 17 of the Common Fisheries Policy*. Seas At Risk.

¹⁵ CCRUP (Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas). (2023). *Recomendação n.º 37 (EM): A Renovação das Frotas nas Regiões Ultraperiféricas – Apoio do Estado Membro*.

Assim, o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados-Membros interessados:

- A melhoria das condições de trabalho a bordo, principalmente de segurança, para atrair as gerações mais jovens para a profissão;
- A reconsideração das dimensões (arqueação) das embarcações de pequena pesca para que possam acolher melhores condições de trabalho e higiene a bordo;
- Que a renovação das frotas das RUPs não deve ser relacionada a um aumento do esforço de pesca¹⁶.

Considerando que parte das dificuldades para a renovação das frotas das RUP, estão relacionadas com a deficiente recolha de dados, o que leva a um formal desconhecimento do estado das unidades populacionais, o CCRUP recomenda à Comissão Europeia¹⁶:

- O reforço dos meios humanos e financeiros necessários às RUPs, de modo a obter dados fiáveis através de estudos científicos;
- A agilização do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura (FEAMPA), de forma que os pescadores das RUPs possam obter financiamento para renovar rapidamente as suas frotas e melhorar as infraestruturas de apoio à pesca;
- Um melhor controlo sobre a aplicação dos critérios ambientais, sociais e económicos no estabelecimento de oportunidades de pesca, por parte dos Estados-Membros, de acordo com o artigo 17º da PCP, de modo a alcançar uma discriminação positiva para as RUP;

5- Transição Energética nos setores da Pesca e Aquicultura da UE

A energia é um dos principais custos no setor das pescas e da aquicultura da UE, custos estes exacerbados pela invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, impactando cidadãos e empresas em toda a União Europeia, como consequência da dependência de combustível fóssil. Assim, grande parte do setor das pescas e da aquicultura teve de depender do apoio financeiro fornecido pelos Estados-Membros da UE e dos instrumentos financeiros disponibilizados a nível da UE¹⁷ para a continuação da sua atividade. Dado o atual contexto geopolítico incerto, prevê-se que os elevados preços da energia ameacem a sustentabilidade social, económica e ambiental do setor das pescas e da aquicultura nas RUPs.

Lembramos ainda que as RUPs são abundantes em vento, sol e mar, evidenciando o potencial da independência energética de combustíveis fósseis, nomeadamente nas regiões mais pequenas, para tentar colmatar o impacto económico e social da atual crise.

¹⁶ CCRUP (Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas). (2023). *Recomendação n.º 37 (CE): A Renovação das Frotas nas Regiões Ultraperiféricas – Apoio da CE*.

¹⁷ Comissão Europeia, Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas. (2023, 21 de fevereiro). *COM/2023/100 On the Energy Transition of the EU Fisheries and Aquaculture sector*. Publicações da União Europeia.

Reconhecendo os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com a implementação do plano REPowerEU¹⁸, no âmbito dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRRs), **o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados Membros interessados:**

- A implementação de medidas que contribuam para dar uma resposta estrutural, através de reformas e investimentos que visem combater a pobreza energética, com especial atenção às RUPs¹⁹.
- O reforço da cooperação regional entre as RUPs, mas eventualmente também com países vizinhos, na implementação e utilização de energias renováveis.

A **aquacultura** tem o potencial de transformar o desenvolvimento sustentável das RUPs, promovendo: segurança alimentar, crescimento económico e preservação ambiental. As nossas regiões possuem vastos recursos marinhos que podem ser aproveitados de forma sustentável para impulsionar o desenvolvimento económico e social. Alguns dos principais aspetos positivos da aquacultura nas RUPs são: a sua capacidade de promover a autossuficiência alimentar e a contribuição para diversificar as nossas economias, contribuindo para o combate ao desemprego e para a fixação das populações. Além disso, as condições climáticas e geográficas únicas das RUPs, como águas limpas e de temperaturas amenas, tornam estas regiões ideais para o cultivo de espécies de alto valor comercial, como peixes e mariscos²⁰. Na Análise SWOT da Aquicultura das Regiões Ultraperiféricas²¹, o CCRUP concluiu que o setor aquícola das diferentes RUPs regista níveis de desenvolvimento heterogéneos²².

Assim, **o CCRUP recomenda à Comissão Europeia e aos Estados-Membros interessados:**

- A simplificação do acesso dos aquicultores ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA);
- A definição de planos de ação de modo a acelerar o desenvolvimento da aquicultura, como a formação e capacitação profissionais para o setor, em cada RUP;
- A inclusão no Regulamento de Subprodutos Animais (Regulamento (CE) nº 1069/2009) de subprodutos da aquicultura como fertilizantes agrícolas;
- O financiamento da investigação sobre métodos seguros e eficientes para a utilização de subprodutos da aquicultura;
- A promoção de campanhas informativas para aumentar a conscientização pública, sobre os benefícios da valorização dos produtos e subprodutos da aquicultura;

¹⁸ União Europeia. (2021). *Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021 que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência*. Jornal Oficial da União Europeia, L57, 17-75.

¹⁹ União Europeia. (2023). *Regulamento (UE) 2023/435 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de fevereiro de 2023 que altera o Regulamento (UE) 2021/241 no que diz respeito aos capítulos REPowerEU dos planos de recuperação e resiliência e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1303/2013, (UE) 2021/1060 e (UE) 2021/1755 e a Diretiva 2003/87/CE*. Jornal Oficial da União Europeia, L 63, 1-27.

²⁰ CCRUP (Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas). (2020). *Conhecimento das Recomendações do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CC RUP) à Comissão Europeia relativa à necessidades de manter o apoio ao sector aquícola das Regiões Ultraperiféricas*.

²¹ Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP). (2021, julho). *Análise SWOT da Aquicultura das Regiões Ultraperiféricas*.

²² CCRUP (Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas). (2021). *Recomendação n.º 28: Análise sobre a situação da Aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas*.